



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP**, pessoa jurídica de direito público interno registrada sob o CNPJ nº 45.276.128/0001-10, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, situada na Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, nesta cidade, CEP 14.801-360, ora representada pelo(a) Secretário(a) Municipal, Dr(a). **Emanuelle Laurenti**, ordenador(a) de despesa e autoridade competente devidamente designado(a) pelo **Decreto Municipal nº 13.889, de 15 de maio de 2025**, de lavra do(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal em exercício, doravante referido como **MUNICÍPIO**, torna público, para conhecimento de qualquer interessado, que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, no modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, deste edital e seus anexos.

OBJETO:..... Contratação de empresa especializada na realização de manutenção de equipamentos odontológicos, com pessoal técnico especializado e capacitado (por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e com ferramental adequado, conforme requisitos neste Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: 21 de janeiro de 2026; 09h00

LOCAL ONDE SERÁ REALIZADA A SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: Plataforma Licitações-e2 do Banco do Brasil (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>)

ID DO PROCESSO NO BANCO DO BRASIL: 1085873

VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 146.981,84 (cento e quarenta e seis mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos)

VALOR MÍNIMO ENTRE LANCES:..... R\$ 734,00 (setecentos e trinta e quatro reais)

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF

ACESSO AO CONTEÚDO DO EDITAL: O presente edital e seus anexos, bem como quaisquer outras informações complementares ou esclarecimentos, poderão ser obtidos por meio do e-mail do agente de contratação responsável pelo processo abaixo identificado:

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO: Geraldo Ruske Filho; pregoeirogeraldo@araraquara.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada na realização de manutenção de equipamentos odontológicos, com pessoal técnico especializado e capacitado (por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e com ferramental adequado, conforme requisitos neste Edital e seus anexos.**
- 1.2. A adjudicação do objeto deste certame será por **LOTE**.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. A presente contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual de 2026, sob o número de dotação:
- 2.1.1. **384 - 08.01.3.3.90.39.10.301.0009.2.035.05.3000159**

3. DA LEGISLAÇÃO

- 3.1. Aplicam-se a este processo, no que concerne à sua execução, os seguintes dispositivos legais:
- 3.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 3.1.2. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- 3.1.3. Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- 3.1.4. Lei Complementar Federal nº 123/2006, atualizada pelas legislações posteriores;
- 3.1.5. Lei Orgânica do Município de Araraquara;
- 3.1.6. Código de Defesa do Consumidor.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1.1. O presente certame será realizado em sessão pública por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 4.1.2. O certame será realizado através da utilização da plataforma Licitações-e, do Banco do Brasil S.A. (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>).
- 4.1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, denominado Agente de Contratação/Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a Autoridade Competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.
- 4.1.4. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.
- 4.1.5. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

- 4.1.6.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.1.7.** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.
- 4.1.8.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.1.9.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.1.10.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 4.1.11.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.1.12.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.1.13.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 4.2.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.
- 4.2.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar DECLARAÇÃO de que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP (art. 3º, § 2º, Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 4.2.3.** Por se tratar de procedimento de licitação no âmbito ADMINISTRATIVO, as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive aquelas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, **DEVERÃO** apresentar todos os documentos de habilitação mencionados no item 8 deste edital, inclusive os documentos para habilitação econômico-financeira, sob pena de inabilitação.
- 4.2.4.** Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 4.2.5.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 4.2.6.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 4.2.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

- 4.3.1.** Poderão participar da licitação empresas em consórcio, observadas as seguintes normas:
- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
 - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
 - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
 - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 4.3.2.** Para efeitos da habilitação econômico-financeira, será acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual.
- 4.3.3.** O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 4.3.4.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

do consórcio, nos termos do compromisso referido no **item 4.3.1**.

- 4.3.5.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIO SIMPLES

- 4.4.1.** As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – SIMPLES NACIONAL poderá constituir, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, consórcio simples, por tempo indeterminado, tendo como objeto a compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional.
- 4.4.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá participar simultaneamente de mais de um consórcio simples.
- 4.4.3.** O consórcio simples não poderá ser concomitantemente de venda e de compra, salvo no caso de compra de insumos para industrialização.
- 4.4.4.** O consórcio simples não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade, salvo se assim estabelecido entre as consorciadas.
- 4.4.5.** O contrato de consórcio simples e suas alterações serão arquivados no órgão de registro público competente e deverá conter, no mínimo, cláusulas que estabeleçam:
- a denominação, a finalidade, o endereço e o foro;
 - a identificação de cada uma das consorciadas que integrarão o consórcio simples;
 - a indicação da área de atuação do consórcio simples, inclusive se a atividade se destina a compra ou venda;
 - a forma de deliberação sobre assuntos de interesse comum, com o número de votos que cabe a cada consorciada;
 - o direito de qualquer das consorciadas, quando adimplentes com as suas obrigações, de exigir o pleno cumprimento das suas cláusulas;
 - a definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada, e das prestações específicas, observadas as disposições da legislação civil;
 - as normas sobre recebimento de receitas e partilha de resultados;
 - as normas sobre administração do consórcio simples, contabilização e representação das consorciadas e taxa de administração, se houver; e
 - a contribuição de cada consorciada para as despesas comuns, se houver.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 4.4.6.** Os atos de formação dos consórcios simples deverão ainda especificar regras de substituição, de ingresso e de saída das microempresas e empresas de pequeno porte consorciadas, inclusive na hipótese de exclusão da consorciada do SIMPLES NACIONAL.
- 4.4.7.** No caso de exclusão da consorciada do SIMPLES NACIONAL, proceder-se-á à sua imediata retirada do consórcio simples.
- 4.4.8.** A falência ou insolvência civil de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio simples com as demais consorciadas; os créditos que porventura tiver a falida serão apurados e pagos na forma prevista no contrato do consórcio simples.
- 4.4.9.** À exceção da exclusão da microempresa ou da empresa de pequeno porte do SIMPLES NACIONAL, a exclusão de consorciada só é admissível desde que prevista no contrato do consórcio simples.
- 4.4.10.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica-operacional, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 4.4.11.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

4.5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

- 4.5.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.5.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 4.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.5.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.5.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.5.6. Os interessados apenados com suspensão do direito de participar de licitações e os impedidos de contratar com MUNICÍPIO, nos termos do art. 156, III da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.
- 4.5.7. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos por ato do Poder Público, nos termos do artigo 156, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.5.8. Os interessados que estiverem em regime de falência, concordatas ainda vigentes nos termos da legislação anterior, de dissolução, liquidação ou concurso de credores.
- 4.5.9. As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação homologado pelo Juiz competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCE/SP.
- 4.5.10. Será permitida a participação de empresas em recuperação extrajudicial, desde que haja plano de recuperação devidamente homologado em juízo e em pleno vigor.
- 4.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.12. O impedimento de que trata o **item 4.5.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5.13. A vedação de que trata o **item 4.5.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. O pregão será realizado de forma eletrônica através da plataforma Licitações-e2, do Banco do Brasil S.A (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>).
- 5.2. As propostas deverão ser cadastradas conforme orientações do sistema, até a data e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública.
- 5.3. **Na plataforma licitações-e2 do Banco do Brasil, a fase da disputa inicia de forma automática na data e horário indicados neste edital, sem a fase de abertura de propostas. Portanto é de suma importância que os interessados em participar do certame confirmem suas propostas e façam as devidas correções, se necessário, antes da abertura da fase de lances, evitando propostas com preços inexequíveis que podem prejudicar a disputa.**
- 5.4. **Caso a proposta de menor preço cadastrada seja inexequível, o lote será cancelado para não prejudicar o princípio da competitividade.**
- 5.5. No cadastramento da proposta, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que atende todos os itens abaixo:
- a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - o enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.
 - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.
 - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
 - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
 - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. O licitante cadastrará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, das seguintes informações:
- **valor do lote;**
- 5.7. Todas as especificações contidas na proposta vinculam o licitante aos termos deste edital e seus anexos.
- 5.8. Para o correto dimensionamento e elaboração das propostas, os licitantes interessados poderão realizar vistorias nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto à Divisão de Saúde Bucal através do e-mail saudebucal@araraquara.sp.gov.br.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 5.9. Caso opte por não realizar vistoria prévia aos locais de execução do contrato, os licitantes deverão apresentar declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Anexo IV).
- 5.10. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação, conforme descrito no Termo de Referência.
- 5.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.13. **A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.**
- 5.14. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.15. A falsidade das declarações de que trata o **item 5.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste edital e seus anexos.
- 5.16. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.17. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.18. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item acima.
 - o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
 - o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

interno.

5.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES

6.1. Na plataforma licitações-e2 do Banco do Brasil a fase da disputa inicia de forma automática na data e horário indicados neste edital, sem a fase de abertura de propostas. Portanto, é de suma importância que os interessados em participar do certame confirmem suas propostas e façam as devidas correções, se necessário, antes da abertura da fase de lances, evitando propostas com preços inexequíveis que podem prejudicar a disputa.

6.2. Caso a proposta de menor preço cadastrada seja inexequível, o lote será cancelado para não prejudicar o princípio da competitividade.

6.3. Após a abertura da sessão pública não será permitido retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

6.4. Iniciada a fase de disputa os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO LOTE**.

6.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.7. Lances inconsistentes ou inexequíveis registrados e não corrigidos, conforme permitido no item anterior, ensejarão no cancelamento do lote para não prejudicar o princípio da competitividade.

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos observando as regras estabelecidas neste Edital.

6.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será aquele especificado no preâmbulo deste edital.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“ABERTO”**.

- No modo de disputa **“ABERTO”** a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

- Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.
 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.15.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 6.16.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.
 - empresas brasileiras.
 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.24. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.26. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.27. **O licitante mais bem classificado deverá anexar em campo próprio dentro da plataforma, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após finalizada a etapa de lances, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.**
- 6.28. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante e aceito pelo pregoeiro, antes de findo o prazo.
- 6.29. A solicitação mencionada no item anterior deverá ser feita pelo chat da plataforma utilizada.
- 6.30. **Juntamente com a proposta comercial deverá ser anexada a declaração (Anexo VII) de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislações correlatas, e no **item 4.5** e **item 5.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 7.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3.** Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.4.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.5.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.6.** Será desclassificada a proposta que:
- contiver vícios insanáveis.
 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha pode ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11. O ajuste de que trata o item anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12. O resultado das avaliações será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante declarado vencedor na fase de julgamento das propostas.

8.2. O licitante será convocado pelo pregoeiro, através de mensagem no chat da plataforma, a apresentar todos os documentos de habilitação descritos abaixo, com assinatura digital.

8.3. Os documentos deverão ser anexados em campo próprio dentro da plataforma.

8.4. Para fins de eficiência e agilidade na análise dos documentos, estes deverão ser anexados individualmente e na ordem apresentada abaixo.

8.5. O prazo para envio dos documentos solicitados será de 24 (vinte e quatro) horas corridas após a solicitação do pregoeiro.

8.6. O pregoeiro poderá prorrogar o prazo estabelecido a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7. A solicitação mencionada no item anterior deverá ser feita pelo chat da plataforma utilizada.

8.8. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- Jurídica;
- Técnica;
- Fiscal, social e trabalhista;
- Econômico-financeira;

8.9. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.9.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser CONTRATADA, devendo-se apresentar:

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
 - **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
 - **Sociedade empresária, sociedade limitada, Sociedade Limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz Registro comercial, no caso de empresa individual.
 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.9.2.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.10. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL E TÉCNICA-OPERACIONAL

8.10.1. A documentação relativa à habilitação técnica-profissional e técnica-operacional limitar-se-á à:

- atestado(s) de capacidade técnica-operacional fornecido(s) em papel timbrado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a capacidade do licitante para o fornecimento do objeto licitado;
- declaração de que o licitante tomou conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (ANEXO VII);
- registros nos respectivos conselhos de classe (ex.: Confea/Crea, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, etc) ativos, e apresentar o respectivo registro.

8.11. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.11.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- a regularidade perante as fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- a regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

8.12. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.12.1. A **habilitação econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, ao último exercício.
- certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- As empresas criadas no exercício financeiro do processo deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§ 1º, art. 65, Lei nº 14.133/21).
- Com relação aos documentos exigidos neste item 8.12, serão aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - ✓ Publicado em Diário Oficial; ou
 - ✓ Publicado em jornal; ou
 - ✓ Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
 - ✓ Por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

8.12.2. O balanço patrimonial deverá conter as assinaturas do sócio administrador e do contador responsável e/ou de técnico em contabilidade, nos moldes do disposto no art. 12, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei Federal nº 9.295/1946.

8.12.3. Os demonstrativos contábeis devem estar assinados pelos sócios e pelo contador ou técnico de contabilidade responsável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

8.12.4. A comprovação da situação econômico-financeira será feita por meio do cálculo dos índices contábeis estabelecidos abaixo:

- ILG = Índice de Liquidez Geral
- ISG = Índice de Solvência Geral
- ILC = Índice de Liquidez Corrente

8.12.5. As fórmulas para os índices **ILG**, **ISG** e **ILC** são as que seguem abaixo, sendo que o resultado dos índices deve ser **igual ou maior que 1,0 (um)**:

- **ILG** $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
- **ISG** $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
- **ILC** $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

8.12.6. A escolha dos índices mencionados, além de serem os mais adotados no segmento de licitações, justifica-se também pelas seguintes razões:

- **Índice de Liquidez Geral** – o Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.
- **Índice de Solvência Geral** – o Índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.
- **Índice de Liquidez Corrente** – o Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

8.12.7. A escolha do resultado solicitado nos índices foi feita com base na Instrução Normativa nº 5/2017, Anexo VII-A, item 11.1, alínea "a", sendo a mesma orientação do Tribunal de Contas da União, por meio do manual "Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU", 5ª Edição, 2023, p. 580: "A boa situação econômico-financeira de uma empresa pode ser comprovada por meio da aplicação de coeficientes e índices previstos no edital sobre os dados apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, são exigidos os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultados iguais ou superiores a um".

8.12.8. As empresas que apresentarem resultado **igual ou menor do que 1 (um)** em qualquer um dos índices deverá comprovar o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 8.12.9.** No caso de empresas em consórcio, a comprovação mencionada no item anterior será de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação (Art. 15, § 1º, Lei nº 14.133/2021).
- 8.12.10.** No caso de a empresa estar enquadrada na obrigatoriedade de efetuar a Escrituração Contábil Digital, consequentemente transmitida através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED), este substituirá os documentos exigidos.
- 8.12.11.** A apresentação dos documentos para habilitação econômico-financeira deverá ser feita por todos os licitantes, independente do porte.

8.13. CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

- 8.13.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída por **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL** do município de Araraquara.
- 8.13.2.** Os interessados em obter o **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL** poderão fazê-lo acessando o endereço <https://araraquara.sp.gov.br/transparencia/compras-e-licitacoes/licitacoes-e-contratos>.
- 8.13.3.** Não serão aceitos certificados vencidos, desatualizados, ou expedidos por outros municípios.
- 8.14.** Será verificado, ainda, se o licitante apresentou:
- 8.14.1.** declaração de que atende aos requisitos de habilitação (Anexo X) e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;
- 8.14.2.** a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos (Anexo VI) para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.14.3.** sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos (Anexo VII) para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.15.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.16.** Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.17.** Findo o prazo para entrega dos documentos para habilitação mencionado no **item 8.5**, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 8.18.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.19.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.20.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.
- 8.21.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme artigo 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015. No entanto, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.22.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.23.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da contratação, ou revogar a licitação.
- 8.24.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.25.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 9.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 9.1.1. Na contagem do prazo mencionado no item anterior (três dias úteis) exclui-se a data do certame, começando a contagem retroativamente no último átimo temporal do dia anterior até o primeiro átimo temporal do terceiro dia útil.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A contagem do prazo mencionado no item anterior (três dias úteis) começa no primeiro átimo temporal do dia seguinte ao protocolo do pedido de impugnação/esclarecimento e termina no último átimo temporal do dia anterior ao certame.
- 9.4. A impugnação e/ou o pedido de esclarecimento deverão ser anexados na plataforma, no mesmo campo utilizado para anexar os documentos de habilitação.
- 9.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de licitação.
- 9.7. Acolhida a impugnação será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recursos referentes ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.2.1. **a intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 24 (vinte e quatro) horas corridas após declarado o vencedor na plataforma onde foi realizado a sessão pública de lances, sob pena de preclusão, via mensagem no chat e enviada para o e-mail do agente de contratação identificado no certame;**
- 10.2.2. **a Administração Pública Municipal não será responsabilizada pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas na plataforma.**
- 10.2.3. o prazo para apresentação das razões recursais é de **3 (três) dias úteis**, iniciado a partir do dia seguinte da manifestação da intenção de recorrer.
- 10.2.4. os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 10.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 10.5.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.6.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.7.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.8.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que poderá:
- 11.1.1.** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 11.1.2.** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 11.1.3.** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 11.1.4.** adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar a licitação.
- 11.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 11.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório será resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 11.4.** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 12.1.** Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua notificação, para assinar o contrato oriundo deste processo, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 12.2.** O prazo do item anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 12.3.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que será contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme disposto nos art. 106 a 107 da Lei 14.133/2021.
- 12.4.** Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.

- 12.5. A Prefeitura poderá rescindir unilateralmente o presente contrato nas hipóteses previstas no artigo 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

13. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. A execução contratual dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviço contínuo com valor fixo mensal, englobando todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, além das ferramentas e equipamentos necessários para execução das manutenções.
- 13.2. Os **modos de execução** do contrato serão aqueles determinados no **item 5 do Termo de Referência**, ANEXO I deste Edital.
- 13.3. O prazo para início da execução do contrato deverá ser imediato, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) e respectiva Nota de Empenho (NE).
- 13.4. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado mediante solicitação formal feita pelo fornecedor, e aceita pela Administração.
- 13.5. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (Lei nº 14.133/2021, art. 48, parágrafo único)

13.6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTOS

13.6.1. DA MEDIÇÃO

- Os serviços serão acompanhados pelo fiscal do contrato designado por meio dos relatórios das visitas realizadas nas unidades mediante as solicitações feitas pelo setor requisitante e a confirmação de execução dos serviços pelos profissionais dos consultórios atendidos.
- A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o cruzamento de dados do relatório de serviços executados e suas respectivas ordens de serviço (OS) com as solicitações enviadas pelos setores requisitantes.
- A não execução dos serviços solicitados dentro dos horários e prazos mencionados no item 4.2 deste Termo de Referência ensejará sanções à CONTRATADA.

13.6.2. DO RECEBIMENTO

- 13.6.2.1. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.
- provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo, quando



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (resolução do problema);

- **definitivamente**, pelos profissionais dos consultórios onde foram realizadas as manutenções, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais (resolução do problema dentro dos prazos mencionados no item 4.2 do Termo de Referência);

14. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RISCOS DO CONTRATO

- 14.1.** A gestão e fiscalização do contrato serão feitas pela Divisão de Contratos e Convênios e pela Divisão de Saúde Bucal, da Secretaria Municipal de Saúde, conjuntamente.
- 14.2.** Os prepostos indicados por ambas as divisões serão oportunamente identificados no contrato.
- 14.3.** A fim de esclarecer as responsabilidades entre as partes – CONTRATANTE e CONTRATADA –, segue mapa de alocação de riscos entre as partes.

Risco	Descrição	Parte Responsável	Justificativa da Alocação	Ações a serem tomadas
Falha técnica do equipamento por desgaste natural	Danos ou falhas decorrentes do uso contínuo e do tempo de vida útil do equipamento.	Contratada	A contratada é responsável pela manutenção preventiva e corretiva.	Realizar a manutenção corretiva assim que solicitado pela Divisão de Saúde Bucal.
Erro de operação por servidor público	Danos causados por uso inadequado dos equipamentos por parte dos usuários.	Divisão de Saúde Bucal	A contratada não tem controle sobre o uso indevido por terceiros.	Orientação dos servidores, com auxílio da contratada, para a correta operação do equipamento.
Falta de peças de reposição no mercado	Indisponibilidade de peças originais ou compatíveis para reposição.	Divisão de Saúde Bucal	A Administração não tem controle sobre a disponibilidade comercial das peças solicitadas.	Procurar outros fornecedores com disponibilidade imediata das peças.
Atraso no pagamento pela Administração	Pagamentos não realizados nos prazos contratuais.	Divisão de Saúde Bucal	A responsabilidade pelo fluxo financeiro é da Administração, conforme previsto em lei.	Verificar com a Divisão de Controle e Execução Orçamentária da Secretaria de Saúde a ordem cronológica de pagamentos.
Danos causados por terceiros (vandalismo, furto)	Equipamentos danificados por terceiros alheios ao contrato.	Divisão de Saúde Bucal	A contratada não tem responsabilidade sobre a segurança patrimonial do local.	Emissão imediata da ordem de serviço para manutenção ou reposição dos equipamentos.
Descumprimento de prazos de manutenção	Atrasos na execução dos serviços de manutenção corretiva ou preventiva.	Contratada	A contratada assume o risco por falhas no cumprimento do cronograma.	Ajustar com a Contratante novo cronograma de atendimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

Risco	Descrição	Parte Responsável	Justificativa da Alocação	Ações a serem tomadas
Indisponibilidade do local de execução do serviço	A contratada não pode realizar os serviços solicitados devido ao fechamento do local de execução	Divisão de Saúde Bucal	Por motivos de ausência do servidor responsável da unidade (CD/ASB) ou devido a fechamento da unidade	A Administração deverá comunicar a CONTRATADA a ocorrência de problemas que impeçam o acesso ao local de realização dos serviços.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1.** As condições de pagamento seguirão a disposição dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- 15.2.** O **pagamento** será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento **DEFINITIVO**, descrito no **item 13.6.2.**
- 15.3.** As notas fiscais ou faturas que apresentarem incorreções ou irregularidades serão devolvidas à CONTRATADA para saneamento dos vícios e seu vencimento será contado da data do seu retorno devidamente regularizada.
- 15.4.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.
- 15.5.** Fica vedado qualquer faturamento por parte de terceiro.
- 15.6.** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira.
- 15.7.** O valor do contrato será reajustado observada a periodicidade anual, que terá como termo inicial a data-base vinculada à data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 15.8.** O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste.
- 15.9.** Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado no item anterior não geram direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 15.10.** Fica vedado qualquer reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 15.11.** As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando não previstas.
- 15.12.** O pedido deverá ser formulado em requerimento próprio, devidamente instruído com os documentos comprobatórios, dispondo o CONTRATANTE do prazo de 120 (cento e vinte) dias para resposta.
- 15.13.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

financeira desde que sobrevenham normas federais, estaduais e/ou municipais que as autorizem.

15.14. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Art. 121, Lei Federal nº 14.133/2021).

15.15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. São obrigações da CONTRATADA (quando for o caso):

16.1.1. Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização do objeto contratado;

16.1.2. Garantir total qualidade dos bens e/ou serviços contratados;

16.1.3. Fornecer os serviços presentes conforme as especificações e em condições adequadas de uso e de acordo com legislação vigente, controle de qualidade na instalação dos aparelhos, a cada troca e conforme periodicidade legal, e sujeitando-se ao controle de qualidade estabelecidos pela secretaria municipal de saúde.

16.1.4. Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

16.1.5. Arcar com todos encargos incidentes, sejam da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto de licitação, bem como responderá por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados à CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

16.1.6. Enviar à Administração mensalmente e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

16.1.7. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

16.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

16.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.1.10. Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 16.1.11.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 16.1.12.** Responsabilidade pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 16.1.13.** Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.1.14.** Estar devidamente regulamentada junto aos conselhos de classe (ex.: Confea/Crea, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, etc) ativos, e apresentar o respectivo registro, além de apresentar a documentação na assinatura do contrato.
- 16.1.15.** Comprovar, previamente à assinatura do contrato, prestação de garantia que corresponda a 5% do valor anual do contrato, nos termos dos art. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.1.16.** Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 16.2.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (Lei nº 14.133/2021, art. 48, parágrafo único)

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 17.1.1.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- 17.1.2.** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- 17.1.3.** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- 17.1.4.** Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 13.414/2023, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e efetivando avaliação periódica;
- 17.1.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 17.1.6.** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 17.1.7.** Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- 17.1.8.** Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das mesmas condições requeridas para a habilitação, conforme **item 8** deste Edital;
- 17.1.9.** Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- 17.1.10.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
- 17.2.** A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 17.3.** A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 17.4.** A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, como:
 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.3.** Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - advertência;
 - multa;
 - impedimento de licitar e contratar; e
 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.5.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
 - 18.5.1.** Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso na entrega ou no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.
 - 18.5.2.** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
 - 18.5.3.** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

-
- 18.5.4.** Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 18.6.** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento da CONTRATANTE uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria, caberá à CONTRATANTE apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.
- 18.7.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 18.8.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 18.9.** Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 18.10.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 18.11.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 18.12.** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 18.13.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 18.14.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.15.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 18.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 18.20.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração neste edital e seus anexos por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou
 - condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

19. DA GARANTIA

- 19.1.** A CONTRATADA deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, prestação de garantia que corresponda a 5% do valor anual do contrato, nos termos dos art. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.2.** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 19.3.** O não cumprimento do disposto na cláusula supra ensejará aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.
- 19.4.** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive de multas aplicadas à empresa CONTRATADA.
- 19.5.** A garantia contratual será devolvida após três meses da lavratura da extinção do contrato, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.
- 19.6.** A garantia na modalidade caução em dinheiro, quando da sua devolução, será atualizada monetariamente por meio do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação da devolução.
- 19.7.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 19.8.** A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 270 (duzentos e setenta) dias, além do prazo de vigência do contrato.
- 19.9.** A garantia da execução contratual poderá ainda ser retida se constatada a existência de ação trabalhista movida por empregado da CONTRATADA em face da entidade pública, tendo como fundamento a prestação de serviços à Administração durante a execução do referido contrato administrativo.
- 19.10.** O valor da garantia contratual retida poderá ser utilizado para depósito em juízo, nos autos da reclamação trabalhista, se a pendência não for solucionada (extinta a ação; garantido o juízo; ou excluída a entidade pública do polo passivo).
- 19.11.** Tratando-se de serviços contínuos com mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pela CONTRATADA, poderá ser exigida garantia complementar através de caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico onde ocorreu a disputa.
- 20.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo pregoeiro.
- 20.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.
- 20.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento de licitantes, desde que seja possível o aproveitamento do ato observados os princípios do interesse público, do formalismo moderado, da isonomia e da competitividade.
- 20.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.10.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas –



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), e no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araraquara (<https://araraquara.sp.gov.br/transparencia/compras-e-licitacoes/licitacoes-e-contratos/portal-transparencia-saude>).

- 20.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de Araraquara/SP, renunciando a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas deste Pregão.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ANEXOS**:

- I.** TERMO DE REFERÊNCIA
- II.** ORDEM DE SERVIÇO
- III.** FORMULÁRIO SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE PEÇAS
- IV.** DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO, DAS CONDIÇÕES E DAS PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS TRABALHOS
- V.** DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/2021
- VI.** DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS
- VII.** DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS NA PROPOSTA ECONÔMICA
- VIII.** DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO DE ME/EPP
- IX.** DECLARAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (apenas para ME/EPP)
- X.** DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- XI.** DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
- XII.** DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL
- XIII.** MINUTA DO CONTRATO

ELINA MARA DA SILVA MARCOMINI

Chefe de Divisão da Saúde Bucal

VAGNER APARECIDO PRATES

Subsecretário de Atenção Básica



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Em observância à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada na realização de manutenção de equipamentos odontológicos, com pessoal técnico especializado e capacitado (por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e com ferramental adequado, conforme requisitos neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.
- 1.2.** A execução contratual dar-se-á sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviço contínuo com valor fixo mensal, englobando todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, além das ferramentas e equipamentos necessários para execução das manutenções.
- 1.3.** Inicialmente cabe ressaltar que o catálogo eletrônico de padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas ainda não está totalmente operacional e disponível para uso, portanto não foi utilizado.
- 1.4.** O objeto desta contratação tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.5.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que será contado a partir da data de expedição da Ordem de Início, podendo ser prorrogado conforme disposto nos art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, os fundamentos para esta contratação são os seguintes:
- 2.1.1.** *A realização de procedimentos odontológicos exige o uso de instrumentos e equipamentos que, com o tempo, se deterioram e demandam a necessidade de manutenções.*
- 2.1.2.** *Manutenções preventivas são fortemente indicadas para analisar a integridade, eficácia e rendimento desses instrumentos e equipamentos, e permitem que a vida útil do objeto seja prolongada, evitando custos desnecessários com sua substituição.*
- 2.1.3.** *Entretanto, ocasionalmente, podem acontecer desgastes que não foram detectados durante as visitas preventivas, e que incorre na quebra do equipamento ou instrumento. Para isso, manutenções corretivas são realizadas para tentar o conserto do equipamento com vistas a prolongar a vida útil dele, com a substituição das peças necessárias para isso. Procura-se, assim, evitar a substituição desnecessária do*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

equipamento ou instrumento, evitando onerar os cofres públicos, sendo essa opção – substituição – como última escolha da administração, após diagnóstico apresentado por meio de laudo técnico.

- 2.1.4.** *As manutenções preventivas e corretivas têm como objetivo único e primordial manter todos os equipamentos e instrumentos utilizados pelos profissionais da odontologia na sua ótima forma de funcionamento. Ao alcançar esse objetivo, evita-se situações inconvenientes para o serviço público de saúde, como atendimentos paralisados, consultas remarcadas, tratamentos interrompidos, que prejudicam a saúde e bem-estar dos pacientes, além da segurança dos profissionais e pacientes, a exemplo de algum instrumento que seja utilizado para realização de procedimento na boca do paciente quebrar-se durante o atendimento e causar algum acidente ou ferimentos, para o paciente e/ou para o profissional.*
- 2.1.5.** *Vê-se, portanto, que as manutenções preventivas e corretivas são serviços de extrema necessidade. Por isso, pelos motivos elencados acima, elaboramos este Estudo Técnico Preliminar na pretensão de identificar meios de prover essa necessidade pela Administração Pública deste município.*
- 2.1.6.** *Além das manutenções mencionadas nos itens anteriores, pretende-se solicitar à CONTRATADA, de forma meramente ORIENTACIONAL, acompanhamento das obras de construção ou reforma dos consultórios odontológicos, com o objetivo de analisar as instalações do local e, se necessário, orientar os responsáveis pelas obras na disposição das instalações necessárias para o pleno funcionamento do consultório, tais como instalações elétricas, hidráulicas e de ambientação, com o propósito de prover um local de trabalho seguro e eficiente para os profissionais e pacientes, além de proporcionar que equipamentos e instrumentos sejam utilizados da maneira correta, evitando ao máximo as manutenções mencionadas acima, que podem ocorrer com instalações elétricas e hidráulicas deficientes e ambientes que prejudicam o adequado funcionamento do equipamento, a exemplo de uma cadeira odontológica estar posicionada de maneira incorreta, prejudicando a ergonomia do profissional e a quebra do equipamento por atingir outros equipamentos e móveis instalados no local, ou a própria estrutura física do local.*
- 2.1.7.** *Pretende-se também que a CONTRATADA auxilie na orientação dos profissionais envolvidos sobre o uso adequado dos equipamentos e instrumentos, de maneira a preservá-los da forma correta, com o intuito de prolongar a vida útil deles e desonerar os cofres públicos com manutenções corretivas causadas por mau uso.*
- 2.1.8.** *As ações mencionadas serão realizadas de acordo com a necessidade do setor responsável – Divisão de Saúde Bucal –, da Secretaria Municipal de Saúde de Araraquara.*
- 2.1.9.** *Considerando todas as informações mencionadas acima – manutenções, acompanhamento técnico, adequações e orientações – julgamos pertinente que todas sejam realizadas por profissionais devidamente habilitados e capacitados (por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e credenciados nos*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

respectivos conselhos de classe (ex.: Confea/Crea, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, etc) para o exercício dos serviços pretendidos.

2.1.10. *As necessidades aqui mencionadas são apenas ações mínimas necessárias para atingir o objetivo ora declarado, que é a manutenção dos equipamentos odontológicos realizados nas unidades de saúde.*

2.2. Com base nas informações apontadas no Estudo Técnico Preliminar, entende-se como procedente e viável a presente demanda, devendo-se dar prosseguimento ao processo de contratação.

2.3. A presente contratação segue a legislação vigente de licitações e contratos e demais normas legais aplicáveis, a exemplo de:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Lei Orgânica do Município de Araraquara;
- Código de Defesa do Consumidor;
- Demais normas aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme levantamento realizado pelo Estudo Técnico Preliminar, a solução mais adequada para atender a necessidade apontada é a contratação de empresa especializada.

3.2. Neste sentido, atendendo a legislação atual, a aquisição será realizada mediante processo de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa **ABERTO**.

3.3. A escolha mencionada no item acima tem a finalidade de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública e promover maior competitividade entre as empresas do ramo, o que pode ser benéfico para a Administração no sentido de gerar maior economia em relação ao valor de mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Pretende-se que a empresa CONTRATADA atenda, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a.** Atuar no ramo de atividade compatível com o objeto desse processo, com técnicos devidamente capacitados (por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e com as ferramentas e instrumentos necessários adequados para realizar os serviços pretendidos, tendo total competência e capacidade para os mesmos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- b. A empresa e os profissionais responsáveis pelas manutenções deverão ter seus registros nos respectivos conselhos de classe (ex.: Confea/Crea, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, etc) ativos, e apresentar o respectivo registro.
- c. Uma vez convocada para prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá atender a demanda da Divisão de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Araraquara – nos horários e prazos mencionados no **item 4.2** deste Estudo Técnico Preliminar, deslocando-se até a unidade possuidora do equipamento defeituoso para identificar a manutenção a ser realizada.
- d. Identificado o problema, se possível, a CONTRATADA deverá solucioná-lo “in-loco”, de imediato, visando a continuidade dos atendimentos do consultório.
- e. Excepcionalmente, poderá a CONTRATADA deslocar os aparelhos até a sede da sua empresa, caso se mostre necessário para realizar o reparo, caso em que os custos de deslocamento correrão todos às suas custas e, de igual forma, a manutenção deverá ser realizada com a devida urgência, devendo ser devolvidos os aparelhos em pleno funcionamento no prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, salvo se houver alguma dificuldade relativa a complexidade do conserto ou falta de peças, devendo ser comunicado a Secretaria de Saúde solicitando mais tempo.
- f. Realizar manutenções preventivas e corretivas, no sentido de manter os aparelhos em condições normais de operação, de acordo com as especificações citadas nos respectivos manuais de operação.
- g. As manutenções incluirão todos os procedimentos necessários para prevenir e sanar possíveis defeitos, isto é, lubrificação, inspeção, testes, ajustes, reparos, substituição de peças
- h. Orientações e treinamentos aos usuários, dentre outros, executados por técnicos capacitados e certificados.
- i. Executar manutenções preventivas quadrimestralmente, em dia previamente combinado com o fiscal do contrato e o cirurgião-dentista das unidades agendadas.
- j. Nas manutenções preventivas regulares deverão constar revisão geral, limpeza, ajuste e lubrificação de equipamentos, fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação e fusíveis, dentre outros que se fizerem necessários, inspeção de vazamentos de água e ar, ajuste de seringas tríplex, regulagem de canetas e micromotores, entre outros, independentemente de manutenções corretivas que venham a ocorrer no mesmo período.
- k. As manutenções preventivas, orientações e treinamentos aos cirurgiões-dentista e auxiliares de saúde bucal serão realizados em dias determinados por programação e disponibilidade de ambas as partes, sempre nas unidades em que estão instalados os equipamentos.
- l. Os serviços de manutenção corretiva serão feitos sempre que a necessidade de ordem técnica o determinar, e serão prestados a partir de chamado telefônico ou por aplicativo de mensagens (Whatsapp), solicitados unicamente pelo fiscal do contrato da Divisão de Saúde Bucal, com exceção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Central, cuja solicitação será feita pelo profissional de plantão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- m. Durante a vigência deste contrato, serão atendidas todas as solicitações de reparos, por quantas vezes se fizer necessário, e dentro das normas do presente contrato.
- n. As solicitações de retirada de equipamentos para realização de serviços de manutenção que não possam ser efetuados no local devem ser submetidas à autorização da CONTRATANTE, na pessoa do cirurgião-dentista da unidade, e do fiscal do contrato, através de preenchimento de documento padrão, para que a equipe tenha controle do prazo de conserto.
- o. A CONTRATADA será responsável pelo transporte e embalagem dos equipamentos retirados para realização dos serviços de manutenção, arcando com os custos envolvidos durante este serviço.
- p. Por ocasião de mudança de local dos consultórios, devido a reformas ou alterações de endereço, o transporte dos equipamentos será realizado por equipe designada pela CONTRATANTE, mas deverá ser acompanhado por preposto indicado pela CONTRATADA para tomada dos devidos cuidados no deslocamento.
- q. As manutenções corretivas deverão ser registradas em impresso próprio, onde serão acusadas as ocorrências verificadas e as trocas das peças necessárias. O impresso será rubricado pela CONTRATADA e pelo CONTRATANTE, na pessoa do cirurgião-dentista da unidade. Os comprovantes das visitas de manutenção corretiva deverão ser apresentados para a Divisão de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde.
- r. Durante a vigência do contrato poderá ser requisitado à CONTRATADA a recuperação de equipamentos e instrumentos odontológicos doados à Prefeitura do Município de Araraquara, e de equipamentos e instrumentos odontológicos existentes no Almoxarifado da Prefeitura do Município de Araraquara. Os custos para realização dos serviços aqui mencionados seguirá os mesmos ritos para a compra de peças, mencionados no **item 4.2.4.**
- s. Por conta de reformas realizadas nas unidades de saúde, incluindo o consultório odontológico, à CONTRATADA será solicitada a desmontagem e montagem dos equipamentos odontológicos, nos locais de origem e destino respectivamente, quando necessário.
- t. Será solicitado à CONTRATADA, a título meramente ORIENTACIONAL, a realização de croquis onde constam a distribuição dos pontos de energia, água, ar, etc., para orientação dos responsáveis pelas obras, com acompanhamento das obras.
- u. Orientação aos cirurgiões-dentistas e auxiliares de saúde bucal (ASB) quanto aos cuidados de conservação dos equipamentos.
- v. A CONTRATADA assumirá responsabilidade civil e criminal em caso de danos pessoais ou patrimoniais causados por falhas nos equipamentos recuperados. Neste caso, os equipamentos serão submetidos a laudo pericial por empresa que não tenha vínculo com a CONTRATADA.
- w. A aplicação de sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

4.2. Dos horários e prazos para execução dos serviços:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

4.2.1. Horários:

4.2.1.1. Nas Unidades de Saúde (CMS, ESF, CEO, UDEFA):

- a. segunda a sexta-feira – das 07:00 às 17:00 horas;

4.2.1.2. Na Unidade de Pronto Atendimento – UPA CENTRAL:

- a. segunda a sexta-feira – das 18:00 às 00:00 horas;
b. sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – das 07:00 às 00:00 horas.

4.2.1.3. Fica ajustado que o técnico deve comparecer ao local dentro do prazo acordado, e deverá aguardar o término do procedimento odontológico em curso, preservando a segurança e a continuidade do atendimento já iniciado.

4.2.1.4. Caso a solicitação ocorra no final do expediente na unidade, a visita deverá ser realizada nas primeiras horas do dia útil seguinte.

4.2.2. Prazos:

4.2.2.1. Para atender os chamados realizados:

- a. **Até 4 (quatro) horas** para atender o chamado realizado pelo fiscal de contrato para atendimento das Unidades Básicas de Saúde (CMS, ESF, UDEFA e CEO), sendo que esse chamado será realizado via e-mail e também por aplicativo de mensagem (WhatsApp);
b. **Até 02 (duas) horas** para atender o chamado realizado pelo fiscal de contrato para atendimento da UPA (Unidade de Emergência), que primeiramente será realizado via WhatsApp, e depois realizada a Ordem de Serviço (OS);

4.2.2.2. Para entrega dos aparelhos recuperados:

- a. **Até 48 horas (quarenta e oito) horas** para entrega de aparelhos que necessitem de conserto, a contar após o atendimento do chamado no item anterior, salvo se for necessário a compra de peças para o conserto do equipamento;

4.2.2.3. Os prazos dos itens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) única vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, devidamente justificada, e desde que a justificativa apresentada seja aceita pelo fiscal de contrato.

4.2.2.4. A critério da CONTRATANTE, considerando a emergência da manutenção, bem como as peculiaridades do caso concreto, poderão ser ajustados novos prazos para a prestação dos serviços pela CONTRATADA.

4.2.3. Da Ordem de Serviço (OS):

- a. Será realizada pela CONTRATANTE e enviada via e-mail para a CONTRATADA, iniciando a execução do processo de atendimento de determinada unidade. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, registrar na Ordem de Serviço (OS), todas as etapas executadas durante o atendimento, desde o diagnóstico inicial até a finalização do serviço: descrição do problema identificado, ações corretivas adotadas em cada etapa, peças substituídas, testes realizados;
b. Quando for necessário a substituição de alguma peça, a CONTRATADA deverá anexar o Formulário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

Solicitação de Compra de Peças, na Ordem de Serviço (OS), detalhando as especificações da peça necessária. A compra das peças se dará conforme estabelecido no **item 4.2.4.**

- c. A CONTRATADA deverá entrar em contato diretamente com o setor de "Divisão de Manutenção da Infraestrutura da Saúde" para alinhamento quanto às adequações estruturais, elétricas e hidráulicas necessárias à instalação e manutenção dos referidos equipamentos, e também para a compra de matérias-primas ou recursos necessários para as adequações mencionadas. Esse contato direto facilitará a comunicação técnica e garantirá que todas as exigências e especificações sejam atendidas no processo de execução de ambos os serviços.

4.2.4. Da compra de peças:

- a. O fornecimento de peças e insumos necessários às manutenções dos equipamentos odontológicos será de responsabilidade da CONTRATANTE.
- b. Ao solicitar a compra de peças e insumos para reparo de equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar formulário de solicitação de compra de peças, com todas as especificações necessárias das peças solicitadas, como marca, modelo, voltagem, quantidade necessária e/ou outras informações importantes para que não ocorram compras incorretas.
- c. Todas e quaisquer peças e acessórios substituídos e dados como inservíveis pela CONTRATADA deverão ser deixadas na unidade de saúde, que posteriormente serão entregues à Divisão de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde para o devido descarte.

4.2.5. Da compra, instalação e garantia de novos equipamentos:

- a. Sempre que solicitado, será solicitado à CONTRATADA orientações para compras e instalação de novos equipamentos.
- b. A instalação de novos equipamentos será realizada por representantes autorizados das marcas adquiridas, para preservação da garantia do produto.

4.3. Todos os custos relativos ao transporte e deslocamento nos atendimentos solicitados será de responsabilidade da CONTRATADA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Conforme apontado no **item 4** deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá executar os serviços conforme demanda da DIVISÃO DE SAÚDE BUCAL da Secretaria de Saúde do município de Araraquara, atendendo as ordens de serviços emitidas, e atendendo as necessidades de manutenções preventivas e corretivas durante a vigência do contrato (12 meses).
- 5.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (Lei nº 14.133/2021, art.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

48, parágrafo único)

5.3. As ordens de serviços serão emitidas e enviadas à CONTRATADA conforme critérios de comunicação definidos no **item 4.**

5.4. A CONTRATADA deverá iniciar a execução do contrato imediatamente após a assinatura.

5.5. Os locais de execução dos serviços são:

ID	Unidades de Saúde	Quant Consult
1	CMS Jardim América "Dr. Marcelo Edgar Druet" Endereço: Rua Jurupema, 373, Jardim América	1
2	CMS Jardim Roberto Selmi Dei I "Dr. Ruy de Toledo" Endereço: Rua José de Freitas Madeira, 49, Jardim Roberto Selmi Dei I	1
3	CMS Jardim Roberto Selmi Dei IV "Dr. Herculano Graeff" Endereço: Avenida Olímpio Bolzan, 90, Jardim Roberto Selmi Dei IV	2
4	CMS Jardim Paulistano "Dr. Genaro Granata" Endereço: Avenida Jorge Haddad, 334, Jardim Paulistano	1
5	CMSC Vila Xavier "João Vitor Nascimento Maurício" Endereço: Rua Mal. Deodoro da Fonseca, 800, Vila Xavier	1
6	CMS Santa Angelina "Rafael Sorbo" Endereço: Rua Habbib Khodor, 560, Santa Angelina	2
7	CMS Vila Melhado "Dr. Giuseppe Auphiero Sobrinho" Endereço: Rua Cap. José Sabino Sampaio, s/n, Vila Melhado	2
8	CMS CECAP "Dr. Renato Guimarães Bastos" Endereço: Avenida Major Antônio A. Biavatti, 347, Parque Res. Cecap	1
9	CMS Jardim Iguatemi "Enf.ª Kimiko Yuta" Endereço: Avenida Lourenço Rolfsen, s/n, Jardim Iguatemi	1
10	CMS Yolanda Ópice "Dr. Francisco Oswaldo Castelucci" Endereço: Rua Domingos Paulo Leal, 267, Jardim Itália	2
11	ESF Parque Residencial São Paulo "Gustavo de Moraes Jr." Endereço: Avenida Dr. Albert Einstein, 831, Prq. Res. São Paulo	1
12	ESF Altos do Pinheiros "Prof. Dr. Ray de Paula e Silva" Endereço: Avenida Carlos Bersanetti Filho, 60, Jd. Altos do Pinheiros II	1
13	ESF Pq. das Laranjeiras I "Dr. Wilson Antunes Pereira" Endereço: Avenida Rômulo Lupo, 750, Parque das Laranjeiras	1
14	ESF Pq. das Laranjeiras II "Farmacêutico João Francisco Alves - Joãozinho da Farmácia" Endereço: Rua: Pompílio Marques Gouveia, 97, Parque das Laranjeiras	1
15	ESF Vila Santana "Yukiyo Yashuda" Endereço: Rua Tenente Joaquim Nunes Cabral, 3071, Vila Santana	1
16	ESF Jardim Santa Lúcia "Dr. Aldo Cariani" Eq. II Endereço: Rua dos Libaneses, 450, Jardim São José	2
17	ESF Jardim das Hortênsias "Dr. José Nigro Neto" Endereço: Avenida Remo Frontarolli, 999, Parque das Hortênsias	1
18	ESF Jardim Iedda "Dr. Nicolino Lia" Endereço: Rua Prof. Dr. Celso Eduardo de Moraes Barbosa, 115, Jardim Iedda	1
19	ESF Jardim Silvestre (Iedda II) Endereço: Rua Prof. Dr. Celso Eduardo de Moraes Barbosa, 115, Jardim Iedda	1
20	ESF Jardim Maria Luiza "Dr.ª Neusa Maria Affini Dicenzo" Endereço: Rua José Augusto de Arruda Botelho, 111, Jardim Maria Luiza	1
21	ESF Jardim Marivan "Adolfo Léo" Endereço: Rua João Mascia, 699, Jardim Aclimação	1



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ID	Unidades de Saúde	Quant Consult
22	ESF Jardim Pinheiros "Luiz Alberto Marin Jr." Endereço: Avenida Nossa Senhora Aparecida, 222, Jardim Pinheiros	1
23	ESF Jardim Brasil "Eroni Ávila de Souza" Endereço: Avenida Alagoas, 245, Jardim Brasil	2
24	ESF Cruzeiro do Sul "Farm. Cristovão Colombo" Endereço: Av Celso Pereira Barbosa, 654, Jardim Cruzeiro do Sul	1
25	ESF Vila Biagioni "Dr. Ricardo Resende Cordeiro" Endereço: Rua Sebastião Lemos da Cruz, 670, Vila Biagioni	1
26	ESF Vale do Sol "Dr. Euclides Croce" Endereço: Avenida Carlos de Angelis, 350, Parque Residencial Vale do Sol	2
27	ESF Paraíso "Dr José Ricardo de Carvalho Angelieri" Endereço: Rua Bento Ramalho Machado, s/n, Jardim Paraíso	1
28	ESF Brasília "Prof. Dr. Edmundo Juarez" Endereço: R. Martimiano Prisco dos Santos, 51, Jardim Brasília	1
29	ESF Adalberto Roxo I e II "Dr. Antonio Carlos Pizzolitto" Endereço: Av. Pablo Picasso, 1420, Jardim Adalberto Roxo	2
30	ESF Jardim Indaiá "Prof. Dr. Tatsuko Sakima" Endereço: Rua Lázaro Mendes Ferreira, 100, Jardim Indaiá	1
31	ESF Jardim Victório De Santi "Nair Damásio Claudino" Endereço: Rua Francisco de Paula Lombardi, 210, Jardim Victório Antônio De Santi II	1
32	ESF Valle Verde "Dr. Ednan Theodoro Nogueira" Endereço: Rua Henrique João Baptista Crissi, 1254, Valle Verde	1
33	ESF São Bento "Selma Rita Canelas Ferrari Nogueira" Endereço: Av. Augusto Bernardes, s/n	1
34	ESF Bueno de Andrada "Dr. Nilo Rodrigues da Silva" Endereço: Avenida Adaídes Fernandes, 59, Bueno de Andrada	1
35	ESF Assentamento Monte Alegre Endereço: a partir do USF Bueno de Andrade	1
36	ESF Assentamento Bela Vista "Dr. Elias Zakaib" Endereço: Rua Três, 04, Assentamento Bela Vista	1
37	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Endereço: Av Maria Antonia Camargo de Oliveira, s/n, Vila Velosa	10
38	União dos Deficientes Físicos de Araraquara – UDEFA (consultório odontológico) Endereço: Av. Paulo da Silveira Ferraz, 627, Vila Xavier	1
39	Unidade de Pronto Atendimento – UPA Central Endereço: Av Maria Antonia Camargo de Oliveira, s/n, Vila Velosa	2
Outras unidades que vierem a ser criadas durante a vigência do contrato		

5.6. Os equipamentos para as manutenções preventivas e corretivas são:

ID	EQUIPAMENTOS	QUANT
1	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR	57
2	APARELHO DE RAO-X ODONTOLÓGICO DE PAREDE	11
3	AUTOCLAVE	40
4	BANDEJA PERIFÉRICA	57
5	BOMBA À VÁCUO	38
6	CADEIRA ODONTOLÓGICA	57
7	CANETA ALTA-ROTAÇÃO	285



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ID	EQUIPAMENTOS	QUANT
8	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	38
9	CONTRA-ÂNGULO	171
10	EQUIPO ODONTOLÓGICO – acoplado	57
11	MESA AUXILIAR	57
12	MICRO-MOTOR	114
13	MOCHO ODONTOLÓGICO	114
14	NEGATOSCÓPIO	57
15	PONTA RETA	57
16	REFLETOR	57
17	ULTRASOM / JATO DE BICARBONATO	53
18	UNIDADE AUXILIAR – BOMBA À VÁCUO	57
19	UNIDADE AUXILIAR – CUSPIDEIRA	57
Outros equipamentos que vierem a ser implantados durante a vigência do contrato		

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. A gestão e fiscalização do contrato serão feitas pela Divisão de Contratos e Convênios e pela Divisão de Saúde Bucal, da Secretaria Municipal de Saúde, conjuntamente.
- 6.2. Os prepostos indicados por ambas as divisões serão oportunamente identificados no contrato.
- 6.3. A fim de esclarecer as responsabilidades entre as partes – CONTRATANTE e CONTRATADA –, segue mapa de alocação de riscos entre as partes.

Risco	Descrição	Parte Responsável	Justificativa da Alocação	Ações a serem tomadas
Falha técnica do equipamento por desgaste natural	Danos ou falhas decorrentes do uso contínuo e do tempo de vida útil do equipamento.	Contratada	A contratada é responsável pela manutenção preventiva e corretiva.	Realizar a manutenção corretiva assim que solicitado pela Divisão de Saúde Bucal.
Erro de operação por servidor público	Danos causados por uso inadequado dos equipamentos por parte dos usuários.	Divisão de Saúde Bucal	A contratada não tem controle sobre o uso indevido por terceiros.	Orientação dos servidores, com auxílio da contratada, para a correta operação do equipamento.
Falta de peças de reposição no mercado	Indisponibilidade de peças originais ou compatíveis para reposição.	Divisão de Saúde Bucal	A Administração não tem controle sobre a disponibilidade comercial das peças solicitadas.	Procurar outros fornecedores com disponibilidade imediata das peças.
Atraso no pagamento pela Administração	Pagamentos não realizados nos prazos contratuais.	Divisão de Saúde Bucal	A responsabilidade pelo fluxo financeiro é da Administração, conforme previsto em lei.	Verificar com a Divisão de Controle e Execução Orçamentária da Secretaria de Saúde a ordem cronológica de pagamentos.
Danos causados por terceiros (vandalismo, furto)	Equipamentos danificados por terceiros alheios ao contrato.	Divisão de Saúde Bucal	A contratada não tem responsabilidade sobre a segurança patrimonial do local.	Emissão imediata da ordem de serviço para manutenção ou reposição dos equipamentos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

Risco	Descrição	Parte Responsável	Justificativa da Alocação	Ações a serem tomadas
Descumprimento de prazos de manutenção	Atrasos na execução dos serviços de manutenção corretiva ou preventiva.	Contratada	A contratada assume o risco por falhas no cumprimento do cronograma.	Ajustar com a Contratante novo cronograma de atendimento.
Indisponibilidade do local de execução do serviço	A contratada não pode realizar os serviços solicitados devido ao fechamento do local de execução	Divisão de Saúde Bucal	Por motivos de ausência do servidor responsável da unidade (CD/ASB) ou devido a fechamento da unidade	A Administração deverá comunicar a CONTRATADA a ocorrência de problemas que impeçam o acesso ao local de realização dos serviços.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTOS, SANÇÕES E PAGAMENTOS

7.1. DA MEDIÇÃO

- 7.1.1. Os serviços serão acompanhados pelo fiscal do contrato designado por meio dos relatórios das visitas realizadas nas unidades mediante as solicitações feitas pelo setor requisitante e a confirmação de execução dos serviços pelos profissionais dos consultórios atendidos.
- A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o cruzamento de dados do relatório de serviços executados e suas respectivas ordens de serviço (OS) com as solicitações enviadas pelos setores requisitantes.
- 7.1.2. A não execução dos serviços solicitados dentro dos horários e prazos mencionados no **item 4.2** deste Termo de Referência ensejará sanções à CONTRATADA.

7.2. DO RECEBIMENTO

- 7.2.1. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.
- a. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (resolução do problema);
- b. **definitivamente**, pelos profissionais dos consultórios onde foram realizadas as manutenções, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais (resolução do problema dentro dos prazos mencionados no **item 4.2** deste Termo de Referência);

7.3. DAS SANÇÕES

- 7.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.3.2. Antes da aplicação das sanções será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 7.3.3.** As multas resultantes das sanções serão aplicadas com observância da seguinte gradação:
- a.** Atraso de até 12 (doze) horas da solicitação: multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
 - b.** Atraso de até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
 - c.** Atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas: multa equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato;
 - d.** Se o contratado descumprir qualquer outra disposição do edital e seus anexos, ou das cláusulas obrigatórias que regem o contrato ou seu equivalente, incluindo inexecução total do objeto: multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- 7.3.4.** A aplicação das sanções previstas acima não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.3.5.** A cobrança das sanções mencionadas se dará pela compensação desses valores dos valores devidos pela CONTRATANTE.
- 7.3.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4. DOS PAGAMENTOS

- 7.5.** As condições de pagamento seguirão a disposição dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- 7.6.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento **DEFINITIVO**, descrito no **item 7.2** deste Termo de Referência.
- 7.7.** As notas fiscais ou faturas que apresentarem incorreções ou irregularidades serão devolvidas à CONTRATADA para saneamento dos vícios e seu vencimento será contado da data do seu retorno devidamente regularizada.
- 7.8.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.
- 7.9.** Fica vedado qualquer faturamento por parte de terceiro.
- 7.10.** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira.
- 7.11.** O valor do contrato será reajustado observada a periodicidade anual, que terá como termo inicial a apresentação da proposta, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 7.12.** O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste.

- 7.13. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado no item anterior não geram direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 7.14. **Fica vedado qualquer reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.**
- 7.15. As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando não previstas.
- 7.16. O pedido deverá ser formulado em requerimento próprio, devidamente instruído com os documentos comprobatórios, dispondo o CONTRATANTE do prazo de 120 (cento e vinte) dias para resposta.
- 7.17. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais, estaduais e/ou municipais que as autorizem.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O presente processo de licitação será de ampla participação, independente do porte econômico, sendo que as microempresas e empresas de pequeno porte terão o tratamento diferenciado previsto nos limites da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.2. A adjudicação do objeto será global.
- 8.3. Para participar do processo de licitação, os interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, conforme descrito nos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021:
- **I. Jurídica**
 - **II. Técnica (operacional e profissional)**
 - **III. Fiscal, social e trabalhista**
 - **IV. Econômico-financeira**
- 8.4. O pregão eletrônico será realizado através da utilização da plataforma Licitações-e, do Banco do Brasil S.A. (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>).
- 8.5. Para acesso ao sistema do pregão eletrônico, os interessados deverão atender as orientações estabelecidas no edital.
- 8.6. As propostas deverão atender aos critérios estabelecidos no edital e seus anexos.
- 8.7. As propostas serão classificadas com base no critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as demais especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, desclassificando aquelas que não atenderem às exigências contidas no edital e seus anexos.
- 8.8. Na disputa deverão ser observados os valores mínimos entre lances, conforme demonstrado no **item 9** deste Termo de Referência, tendo em vista a celeridade da disputa, evitando lances irrisórios.
- 8.9. Se a proposta de menor valor não for aceitável, o agente de contratação designado para o processo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade nas mesmas condições. Se necessário repetirá esse procedimento sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
9.1.	Valor estimado anual R\$ 146.981,84 (cento e quarenta e seis mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos)
9.2.	Valor estimado mensal..... R\$ 12.248,49 (doze mil duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos)
9.3.	Valor estimado por unidade..... R\$ 3.768,77 (três mil setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos)
9.4.	Valor mínimo entre lances R\$ 734,00 (setecentos e trinta e quatro reais)
9.5.	A disputa será realizada por VALOR TOTAL
9.6.	A forma e cálculos realizados para obtenção do valor estimado estão descritos no documento Pesquisa de Preços.
10.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1.	A presente contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual de 2026, sob o número de dotação:
•	384 - 08.01.3.3.90.39.10.301.0009.2.035.05.3000159

ELINA MARA DA SILVA MARCOMINI

Chefe de Divisão da Saúde Bucal

VAGNER APARECIDO PRATES

Subsecretário de Atenção Básica



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO II

ORDEM DE SERVIÇO Nº

LOCAL	
C. DENTISTA/ASB	
MOTIVO DO CHAMADO	
EQUIPAMENTO/MARCA/MODELO	PATRIMÔNIO Nº
CONERTO	
Feito na Unidade? ☐ Sim ☐ Não	
Se sim, qual serviço executado?	
Se não, feita retirada? ☐ Sim ☐ Não	
Se sim, data de retirada	
Por quê?	
OBS	
C. DENTISTA/ASB	TÉCNICO

DATA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO III

FORMULÁRIO SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE PEÇAS

LOCAL	
C. DENTISTA/ASB	
EQUIPAMENTO/MARCA/MODELO	PATRIMÔNIO Nº
NOME DA PEÇA (DESCRIÇÃO DETALHADA, VOLTAGEM, TAMANHO, ENVIAR FOTO)	QUANTIDADE
C. DENTISTA	TÉCNICO

DATA

ESTE DOCUMENTO DEVE SER ENTREGUE À SECRETARIA DA SAÚDE
--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO, DAS CONDIÇÕES E DAS PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS TRABALHOS

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na
....., nº., C.N.P.J. nº.
....., por intermédio de seu representante técnico legal
..... portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**
que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

....., de de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/2021

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na
....., nº., C.N.P.J. nº.
....., por intermédio de seu representante legal
..... portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**,
para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na
....., nº., C.N.P.J. nº.
....., por intermédio de seu representante legal
..... portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**,
para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da lei nº 14.133/2021, que cumpre com as exigências de reserva de cargos
para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991, art. 93.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS NA PROPOSTA ECONÔMICA

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na, nº., C.N.P.J. nº., por intermédio de seu representante legal portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**, em cumprimento ao art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível, documento de identificação e procuração, se for o caso)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO DE ME/EPP

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na, nº., C.N.P.J. nº., por intermédio de seu representante legal portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA** que é considerada:

☐ **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

☐ **REENQUADRAMENTO.**

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa // Esta declaração deverá ser emitida apenas pelas ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na, nº., C.N.P.J. nº., por intermédio de seu representante legal portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**, para fins do disposto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível, documento de identificação e procuração, se for o caso)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na
....., nº., C.N.P.J. nº.
....., por intermédio de seu representante legal
..... portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**,
sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente certame.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

A empresa, com sede na, nº., C.N.P.J. nº., por intermédio de seu representante legal portador(a) do R.G. nº. e do CPF nº., **DECLARA**, para fins de participação, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que **INEXISTE** qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

_____, ____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

OBS.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaramos, na qualidade de responsáveis pelas entidades supra epigrafadas, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

_____, _____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável pela empresa proponente

(Nome legível e documento de identificação)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ANEXO XIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8.489/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76.345/2025

CONTRATONº

OBJETOContratação de empresa especializada na realização de manutenções de equipamentos odontológicos, com pessoal técnico especializado e capacitado, com ferramental adequado

CONTRATANTEMUNICÍPIO DE ARARAQUARA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA.....

VALOR TOTAL DO CONTRATO.....R\$ xxx,xx (xxx)

DOTAÇÃO A SER ONERADA384 - 08.01.3.3.90.39.10.301.0009.2.035.05.3000159

NOTA DE EMPENHONº

O **Município de Araraquara**, inscrito no CNPJ nº 45.276.128/0001-10, com sede no Paço Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por pelo(a) Secretário(a) Municipal, Dr(a). **Emanuelle Laurenti**, ordenador(a) de despesa e autoridade competente devidamente designado(a) pelo **Decreto Municipal nº 13.889, de 15 de maio de 2025**, de lavra do(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal em exercício, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no CNPJ nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls., do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Orgânica do Município, do Código de Defesa do Consumidor, do edital e seus anexos, e na conformidade das condições e cláusulas seguintes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na realização de manutenção de equipamentos odontológicos, com pessoal técnico especializado e capacitado (por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e com ferramental adequado, conforme requisitos no Edital e seus anexos.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que será contado a partir da data de expedição da Ordem de Início, podendo ser prorrogado conforme disposto nos art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE

- 3.1. **O valor da presente contratação é de R\$ xxx,xx (xxx)**
- 3.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do contrato estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 3.3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Art. 121, Lei Federal nº 14.133/2021).
- 3.4. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 3.5. A presente contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual de 2026, sob o número de dotação:
- **384 - 08.01.3.3.90.39.10.301.0009.2.035.05.3000159**
- 3.6. O valor do contrato será reajustado observada a periodicidade anual, que terá como termo inicial a apresentação da proposta, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 3.7. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste.
- 3.8. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado no item anterior não geram direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 3.9. Fica vedado qualquer reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 3.10. As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando não previstas.
- 3.11. O pedido deverá ser formulado em requerimento próprio, devidamente instruído com os documentos comprobatórios, dispondo o CONTRATANTE do prazo de 120 (cento e vinte) dias para resposta.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 3.12.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais, estaduais e/ou municipais que as autorizem.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. São obrigações da CONTRATADA (quando for o caso):

- 4.1.1.** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização do objeto contratado;
- 4.1.2.** Garantir total qualidade dos bens e/ou serviços contratados;
- 4.1.3.** Fornecer os serviços presentes conforme as especificações e em condições adequadas de uso e de acordo com legislação vigente para licença sanitária, constando laudos de radiometria e controle de qualidade na instalação dos aparelhos, a cada troca e conforme periodicidade legal, e sujeitando-se ao controle de qualidade estabelecidos pela secretaria municipal de saúde.
- 4.1.4.** Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- 4.1.5.** Arcar com todos encargos incidentes, sejam da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto de licitação, bem como responderá por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados à CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 4.1.6.** Enviar à Administração mensalmente e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
- 4.1.7.** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- 4.1.8.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 4.1.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 4.1.10.** Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.11.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 4.1.12. Responsabilidade pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 4.1.13. Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 4.1.14. Estar devidamente regulamentada junto aos conselhos de classe (ex.: Confea/Crea, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, etc) ativos, e apresentar o respectivo registro, além de apresentar a documentação na assinatura do contrato.
- 4.1.15. Comprovar, previamente à assinatura do contrato, prestação de garantia que corresponda a 5% do valor anual do contrato, nos termos dos art. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.1.16. Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 4.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (Lei nº 14.133/2021, art. 48, parágrafo único)

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- 5.1.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- 5.1.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- 5.1.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 13.414/2023, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e efetivando avaliação periódica;
- 5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 5.1.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- 5.1.7. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 5.1.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das mesmas condições requeridas para a habilitação, conforme **item 8** do Edital;
- 5.1.9. Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- 5.1.10. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
- 5.2. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 5.3. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 5.4. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1. As condições de pagamento seguirão a disposição dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- 6.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento DEFINITIVO, descrito no item 13.5.2.1 do edital.
- 6.3. As notas fiscais ou faturas que apresentarem incorreções ou irregularidades serão devolvidas à CONTRATADA para saneamento dos vícios e seu vencimento será contado da data do seu retorno devidamente regularizada.
- 6.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.
- 6.5. Fica vedado qualquer faturamento por parte de terceiro.
- 6.6. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira.
- 6.7. O valor do contrato será reajustado observada a periodicidade anual, que terá como termo inicial a apresentação da proposta, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 6.8. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 6.9.** Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado no item anterior não geram direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 6.10.** Fica vedado qualquer reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 6.11.** As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando não previstas.
- 6.12.** O pedido deverá ser formulado em requerimento próprio, devidamente instruído com os documentos comprobatórios, dispondo o CONTRATANTE do prazo de 120 (cento e vinte) dias para resposta.
- 6.13.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais, estaduais e/ou municipais que as autorizem.
- 6.14.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Art. 121, Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.15.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

- 7.1.** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Orgânica do Município, do Código de Defesa do Consumidor, do edital e seus anexos, e na conformidade das condições e cláusulas deste contrato.
- 7.2.** O presente termo poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 7.3.** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 7.4.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 7.5.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 7.6.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.7.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

8.1. A execução contratual dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviço contínuo com valor fixo mensal, englobando todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias, além das ferramentas e equipamentos necessários para execução das manutenções.

8.2. Os locais de execução dos serviços são:

ID	Unidades de Saúde	Quant Consult
1	CMS Jardim América "Dr. Marcelo Edgar Druet" Endereço: Rua Jurupema, 373, Jardim América	1
2	CMS Jardim Roberto Selmi Dei I "Dr. Ruy de Toledo" Endereço: Rua José de Freitas Madeira, 49, Jardim Roberto Selmi Dei I	1
3	CMS Jardim Roberto Selmi Dei IV "Dr. Herculano Graeff" Endereço: Avenida Olímpio Bolzan, 90, Jardim Roberto Selmi Dei IV	2
4	CMS Jardim Paulistano "Dr. Genaro Granata" Endereço: Avenida Jorge Haddad, 334, Jardim Paulistano	1
5	CMSC Vila Xavier "João Vitor Nascimento Maurício" Endereço: Rua Mal. Deodoro da Fonseca, 800, Vila Xavier	1
6	CMS Santa Angelina "Rafael Sorbo" Endereço: Rua Habbib Khodor, 560, Santa Angelina	2
7	CMS Vila Melhado "Dr. Giuseppe Auphiero Sobrinho" Endereço: Rua Cap. José Sabino Sampaio, s/n, Vila Melhado	2
8	CMS CECAP "Dr. Renato Guimarães Bastos" Endereço: Avenida Major Antônio A. Biavatti, 347, Parque Res. Cecap	1
9	CMS Jardim Iguatemi "Enf.ª Kimiko Yuta" Endereço: Avenida Lourenço Rolfsen, s/n, Jardim Iguatemi	1
10	CMS Yolanda Ópice "Dr. Francisco Oswaldo Castelucci" Endereço: Rua Domingos Paulo Leal, 267, Jardim Itália	2
11	ESF Parque Residencial São Paulo "Gustavo de Moraes Jr." Endereço: Avenida Dr. Albert Einstein, 831, Prq. Res. São Paulo	1
12	ESF Altos do Pinheiros "Prof. Dr. Ray de Paula e Silva" Endereço: Avenida Carlos Bersanetti Filho, 60, Jd. Altos do Pinheiros II	1
13	ESF Pq. das Laranjeiras I "Dr. Wilson Antunes Pereira" Endereço: Avenida Rômulo Lupo, 750, Parque das Laranjeiras	1
14	ESF Pq. das Laranjeiras II "Farmacêutico João Francisco Alves - Joãozinho da Farmácia" Endereço: Rua: Pompílio Marques Gouveia, 97, Parque das Laranjeiras	1
15	ESF Vila Santana "Yukiyo Yashuda" Endereço: Rua Tenente Joaquim Nunes Cabral, 3071, Vila Santana	1
16	ESF Jardim Santa Lúcia "Dr. Aldo Cariani" Eq. II Endereço: Rua dos Libaneses, 450, Jardim São José	2
17	ESF Jardim das Hortênsias "Dr. José Nigro Neto" Endereço: Avenida Remo Frontarolli, 999, Parque das Hortênsias	1
18	ESF Jardim Iedda "Dr. Nicolino Lia" Endereço: Rua Prof. Dr. Celso Eduardo de Moraes Barbosa, 115, Jardim Iedda	1
19	ESF Jardim Silvestre (Iedda II) Endereço: Rua Prof. Dr. Celso Eduardo de Moraes Barbosa, 115, Jardim Iedda	1
20	ESF Jardim Maria Luiza "Dr.ª Neusa Maria Affini Dicenzo" Endereço: Rua José Augusto de Arruda Botelho, 111, Jardim Maria Luiza	1
21	ESF Jardim Marivan "Adolfo Léo" Endereço: Rua João Mascia, 699, Jardim Aclimação	1



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

ID	Unidades de Saúde	Quant Consult
22	ESF Jardim Pinheiros "Luiz Alberto Marin Jr." Endereço: Avenida Nossa Senhora Aparecida, 222, Jardim Pinheiros	1
23	ESF Jardim Brasil "Eroni Ávila de Souza" Endereço: Avenida Alagoas, 245, Jardim Brasil	2
24	ESF Cruzeiro do Sul "Farm. Cristovão Colombo" Endereço: Av Celso Pereira Barbosa, 654, Jardim Cruzeiro do Sul	1
25	ESF Vila Biagioni "Dr. Ricardo Resende Cordeiro" Endereço: Rua Sebastião Lemos da Cruz, 670, Vila Biagioni	1
26	ESF Vale do Sol "Dr. Euclides Croce" Endereço: Avenida Carlos de Angelis, 350, Parque Residencial Vale do Sol	2
27	ESF Paraíso "Dr José Ricardo de Carvalho Angelieri" Endereço: Rua Bento Ramalho Machado, s/n, Jardim Paraíso	1
28	ESF Brasília "Prof. Dr. Edmundo Suarez" Endereço: R. Martimiano Prisco dos Santos, 51, Jardim Brasília	1
29	ESF Adalberto Roxo I e II "Dr. Antonio Carlos Pizzolitto" Endereço: Av. Pablo Picasso, 1420, Jardim Adalberto Roxo	2
30	ESF Jardim Indaiá "Prof. Dr. Tatsuko Sakima" Endereço: Rua Lázaro Mendes Ferreira, 100, Jardim Indaiá	1
31	ESF Jardim Victório De Santi "Nair Damásio Claudino" Endereço: Rua Francisco de Paula Lombardi, 210, Jardim Victório Antônio De Santi II	1
32	ESF Valle Verde "Dr. Ednan Theodoro Nogueira" Endereço: Rua Henrique João Baptista Crissi, 1254, Valle Verde	1
33	ESF São Bento "Selma Rita Canelas Ferrari Nogueira" Endereço: Av. Augusto Bernardes, s/n	1
34	ESF Bueno de Andrada "Dr. Nilo Rodrigues da Silva" Endereço: Avenida Adaídes Fernandes, 59, Bueno de Andrada	1
35	ESF Assentamento Monte Alegre Endereço: a partir do USF Bueno de Andrade	1
36	ESF Assentamento Bela Vista "Dr. Elias Zakaib" Endereço: Rua Três, 04, Assentamento Bela Vista	1
37	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Endereço: Av Maria Antonia Camargo de Oliveira, s/n, Vila Velosa	10
38	União dos Deficientes Físicos de Araraquara – UDEFA (consultório odontológico) Endereço: Av. Paulo da Silveira Ferraz, 627, Vila Xavier	1
39	Unidade de Pronto Atendimento – UPA Central Endereço: Av Maria Antonia Camargo de Oliveira, s/n, Vila Velosa	2
Outras unidades que vierem a ser criadas durante a vigência do contrato		

- 8.3. A execução dos serviços será feita conforme o Edital e Termo de Referência que precedeu este contrato, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 8.4. A execução dos serviços deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento.
- 8.5. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 13.414/2023.
- 8.6. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (resolução do problema);
- **definitivamente**, pelos profissionais dos consultórios onde foram realizadas as manutenções, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais (resolução do problema dentro dos prazos mencionados no item 4.2 deste Termo de Referência);
- 8.7.** O prazo para início da execução do contrato deverá ser imediato, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) e respectiva Nota de Empenho (NE).
- 8.8.** O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado mediante solicitação formal feita pelo fornecedor, e aceita pela Administração.
- 8.9.** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA ou será exigido o seu refazimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
- 8.10.** O recebimento e aceite pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, ainda que verificadas posteriormente.

9. CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, como:
 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.1.2.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.3.** Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - advertência;
 - multa;
 - impedimento de licitar e contratar; e
 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.1.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.1.5.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
 - 9.1.5.1.** Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso na entrega ou no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.
 - 9.1.5.2.** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
 - 9.1.5.3.** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
 - 9.1.5.4.** Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

-
- 9.1.6.** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento da CONTRATANTE uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria, caberá à CONTRATANTE apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.
- 9.1.7.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 9.1.8.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 9.1.9.** Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 9.1.10.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 9.1.11.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 9.1.12.** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 9.1.13.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 9.1.14.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.1.15.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.1.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.1.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 9.1.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.1.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.1.20.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração neste edital e seus anexos por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou
 - condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

- 10.1.** A CONTRATADA deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, prestação de garantia que corresponda a 5% do valor anual do contrato, nos termos dos art. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2.** No presente termo, o valor da garantia é de R\$ xxx,xx (xxx).
- 10.3.** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 10.4.** O não cumprimento do disposto na cláusula supra ensejará aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.
- 10.5.** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive de multas aplicadas à empresa CONTRATADA.
- 10.6.** A garantia contratual será devolvida após três meses da lavratura da extinção do contrato, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.
- 10.7.** A garantia na modalidade caução em dinheiro, quando da sua devolução, será atualizada monetariamente por meio do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação da devolução.
- 10.8.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 10.9.** A garantia da execução contratual poderá ainda ser retida se constatada a existência de ação trabalhista movida por empregado da CONTRATADA em face da entidade pública, tendo como fundamento a prestação de serviços à Administração durante a execução do referido contrato administrativo.
- 10.10.** O valor da garantia contratual retida poderá ser utilizado para depósito em juízo, nos autos da reclamação trabalhista, se a pendência não for solucionada (extinta a ação; garantido o juízo; ou excluída a entidade pública do polo passivo).
- 10.11.** Tratando-se de serviços contínuos com mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pela CONTRATADA, poderá ser exigida garantia complementar através de caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 11.2.** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos:
- 11.3.** **Pelo CONTRATANTE:**
- 11.4.** **Pela CONTRATADA:**
- 11.5.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais, estaduais e/ou municipais que as autorizem.
- 11.6.** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 11.7.** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras CONTRATADAS, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 11.8.** A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.9.** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Termo de Referência que deu origem à contratação, Estudo Técnico Preliminar, Matriz de Risco (se houver), Proposta da CONTRATADA e o ato de autorização constante do Despacho 14 do Processo Administrativo nº 76.345/2025.
- 11.10.** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão aos Decretos Municipais nº 13.414/2023, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

- 11.11.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 11.12.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- 11.13.** A CONTRATADA obriga-se no dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
- 11.14.** A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- 12.1.** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes CONTRATANTES e duas testemunhas presentes ao ato.

Araraquara, xx de xxxxx de 2025

PARTES ENVOLVIDAS	
CONTRATANTE	CONTRATADA
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
TESTEMUNHAS	
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO:

PROCESSO Nº (DE ORIGEM):

GESTOR DO ÓRGÃO:

RESPONSÁVEL PELO ATO:

INTERESSADO(A):

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ato do processo acima referido, objetivando seu registro pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será objeto de prévia análise, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, cabendo, para tanto, procedermos à regular habilitação no Sistema de Processo Eletrônico, na conformidade do quanto estabelece a Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo órgão/entidade estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) no caso de habilitação do interessado no Sistema de Processo Eletrônico, os dados informados deverão manter-se sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Araraquara, xx de xxxxx de 2025



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Expedicionários do Brasil, 3098, Centro, Araraquara, São Paulo, CEP 14.801-360

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome

Cargo

CPF

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nome

Cargo

CPF

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE

Pelo CONTRATANTE:

Nome

Cargo

CPF

Pela CONTRATADA:

Nome

Cargo

CPF

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE

Nome

Cargo

CPF

GESTOR(ES) DO CONTRATO

Nome

Cargo

CPF

DEMAIS RESPONSÁVEIS

Tipo de ato sob sua responsabilidade

Nome

Cargo

CPF